

190				
				J

H1R00495

BRASÍLIA

Estatuto do índio entra em fase final

Depois de quase 10 anos, projeto deverá ter mais de 150 artigos

BRASÍLIA (DO CORRESPONDENTE PAULO CRUZ) - Passados quase dez anos de luta e manobras políticas, o novo Estatuto do Índio está sendo consolidado para que possa ser negociado entre as lideranças da Câmara Federal e distribuído para toda sociedade brasileira, incluindo às ONGs, e os índios para uma última rodada de avaliação. A proposta final deverá ter mais de 150 artigos, com ênfase para a proteção integral dos costumes, tradições, terras e liberdade de escolha da forma de vida pelos próprios índios; as relações de saúde, educação,

tecnologia, administração direta, dos recursos naturais e minerais, além do fortalecimento da Funai.



Segundo o relator, deputado Luciano Pizzatto (PFL, PR)(foto), "o Estatuto do Índio, deverá ser o grande instrumento jurídico para ordenar a relação na sociedade brasileira e permitir que as comunidades indígenas possam livremente, sob a proteção do estado, escolher seus destinos", disse Pizzatto.

O parlamentar paranaense encerrou a última fase do seu trabalho ouvindo os índios em todas as regiões brasileiras, inclusive algumas comunidades nas suas próprias aldeias, já que nos 500 anos de história do Brasil os índios nunca tinham sido ouvidos diretamente.

Algumas lideranças, como os

índios caiapós, deverão estar com o deputado em Brasília para entregar sua posição final à proposta, já que é uma das comunidades que mais enfrenta conflitos com os não-índios. Com este amplo processo de negociação, Pizzatto acredita que seja possível aprovar ainda neste ano o Estatuto na Câmara, e logo depois no Senado em função do trabalho realizado e da vontade política de todas as lideranças do Congresso.

Na consolidação do Estatuto, Pizzatto tem destacado a importância da viabilização de atividades negociadas com os índios como projetos agrícolas, de turismo e até mesmo aproveitamentos hidroelétricos, além da participação direta dos próprios índios, o apoio de contribuições do Poder Executivo, do Ministério Público, de ONGs, de entidades produtivas, dos estados e municípios, completando uma imensa maratona de audiências e visitas técnicas em todo o país.